

# ***Monges barbudos, trabalhadores rurais e messianismo em Soledade e Sobradinho: um movimento de resistência local contra a violência política e econômica dos anos 1930***

Maria da Glória Lopes Kopp\*

## **Resumo**

O artigo apresenta o movimento dos trabalhadores rurais liderados pelos *monges barbudos* de Soledade e Sobradinho, ocorrido na década de 1930, no Rio Grande do Sul. Na perspectiva dos *monges barbudos*, pode-se afirmar que a religiosidade serviu de base para a formação de uma aliança entre os pequenos produtores empobrecidos e os trabalhadores rurais safristas que habitavam as florestas, o chamado “povo do mato”. Ao longo da pesquisa, foi possível observar o espaço social do mato, como lugar de produção, moradia, subsistência e fuga de relações de opressão de diversas naturezas. Com metodologia antropológica e historiográfica, é criado um diálogo com as fontes, evidenciando os interesses em conflito que culminaram com a ação violenta, do Estado e das elites locais, contra o movimento e a execução das lideranças. Esses “caboclos” foram comparados, pelo juiz de direito da Comarca de Candelária, com os *muckers* (1868-1874) do Ferrabraz, no Rio Grande do Sul, e com os rebeldes de Canudos (1893-1897), na Bahia. Observamos que, na análise dos movimentos religiosos e messiânicos brasileiros, não raras vezes, o caráter político e contestatório dessas organizações sociais rurais foi minimizado.

**Palavras chave:** movimento de trabalhadores rurais; movimento messiânico; *monges barbudos*; Sobradinho e Soledade; violência do Estado.

## ***Bearded monks, rural workers and messianism in soledade and sobradinho: a local resistance movment against political and economic violence in the 1930's***

## **Abstract**

The article presents the movement of rural workers led by the *bearded monks* of Soledade and Sobradinho, occurred in the 1930s, in Rio Grande do Sul. From the perspective of the *bearded monks*, it can be said that religiosity was the basis for the composition of an alliance among small impoverished farmers and seasonal rural workers, who inhabited the forests, the so-called "forest people." During the research, we observed the social space of the forest as a place of production, housing, livelihoods and of escape from oppressive relations of various kinds. With anthropological and historiographical methodology, we create a dialogue with the sources, highlighting the conflicting interests that led to the violent action of the State and the execution of the leaders. These "mestizos" were compared by the judge of the Candelaria County, with the *muckers* (1868-1874) of Ferrabraz in Rio Grande do Sul, and the rebels of Canudos (1893-1897), in Bahia. We note that in the analysis of the Brazilian religious and messianic movements, the political and contestatory character of these rural social organizations has been often minimized.

**Keywords:** rural workers movement; messianic movments; *bearded monk*; Sobradinho and Soledade; state violence.

Recebido em: 12/05/2016

Aprovado em: 07/07/2016

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Humanidades da PUCRS: [mgekopp@uol.com.br](mailto:mgekopp@uol.com.br)

## Introdução

Em meados da década de 1930, um grupo de trabalhadores rurais do interior dos municípios de Soledade e Sobradinho<sup>1</sup> no Rio Grande do Sul passou a acreditar que era escolhido por Deus para um novo destino. Identificados com um andarilho conhecido como *profeta são* João Maria, alguns moradores dos distritos rurais de Jacuizinho e Lagoão<sup>2</sup> começaram a pregar e a realizar curas em nome de uma “nova religião”. Para os opositores e para as autoridades municipais e estaduais eles eram “fanáticos”. Ficaram conhecidos e assumiram a alcunha de *monges barbudos*. A partir de relações familiares e de amizade, eles criaram uma rede de solidariedade e estabeleceram práticas de purificação do corpo e da alma com chás de ervas nativas e com rezas coletivas.<sup>3</sup>

Indagações ainda não resolvidas por outros autores<sup>4</sup> acompanharam a realização deste trabalho sobre os *monges barbudos*. O desafio foi o de identificar esses agricultores que passaram a se aglutinar em torno do curandeiro André Ferreira França e do pregador Anastácio Desidério Fiúza. Como fio condutor, buscou-se a origem social, a inserção econômica e as alternativas políticas existentes naquele momento para os participantes e para os seus opositores. De forma especial, verifica-se as relações sociais e as iniciativas de cooperação e de conflito existentes entre os dois grupos visando compreender porque os *monges barbudos* atraíram o medo e o ódio de seus oponentes. Ou seja, que estrutura de poder existia naquelas comunidades que fez com que alguns agricultores buscassem uma organização informal, por meio de um movimento social de caráter religioso, baseada em uma rede de organização entre famílias, visando promover a “justiça divina”? Afinal, como afirma o antropólogo Abner Cohen<sup>5</sup>, os grupos humanos não se enfrentam por pequenos estranhamentos, mas, de fato, disputam poder entre si.

Na pesquisa foram aportadas técnicas, métodos e conceitos da Antropologia e da História, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Isso tornou possível estabelecer conexões entre a conjuntura socioeconômica e política da década de 1930 – os confrontos e incertezas do período pré-Segunda Guerra Mundial – e o movimento religioso ocorrido entre 1935 e 1938 no Rio Grande do Sul. Ganhou relevância apontar alguns elementos da organização econômica e política da década de 1930 em Soledade e Sobradinho como forma de análise da natureza dos conflitos. Por isso, evidenciou-se como o contexto de disputas estadual e nacional – e da grande conjuntura mundial de conflagração em torno do nazi-fascismo, do comunismo e do liberalismo – chegou às longínquas regiões rurais do interior do Rio Grande do Sul.

Neste trabalho foram utilizadas fontes documentais produzidas no momento dos acontecimentos – notícias de jornais e inquéritos policiais – e foram realizadas entrevistas no final dos anos 1980 com participantes já com idade bastante avançada. As técnicas históricas e antropológicas possibilitaram identificar nominalmente mais de cem protagonistas do movimento religioso e a rede de relacionamentos e solidariedade existente entre os participantes. Ao mesmo tempo, também foi identificado o lugar social de seus antagonistas.

### **Os protagonistas: trabalhadores rurais na busca de um novo destino**

Os protagonistas do movimento dos *monges barbudos* eram trabalhadores rurais<sup>6</sup> que defendiam uma religiosidade associada a práticas de cura com ervas medicinais e a princípios de vivência comunitária pacífica e de valorização da natureza. Eles tiveram como inspiração um enigmático andarilho identificado como *profeta são João Maria*<sup>7</sup>. Este personagem teria estado na região em outros momentos. O primeiro registro de sua aparição seria entre 1891-1893 durante a chamada Revolução Federalista<sup>8</sup>. Posteriormente, uma fotografia – semelhante a que foi encontrada no Contestado<sup>9</sup> (1912-1916) – marca sua presença naquelas localidades.

Com base em práticas mágico-religiosas, os *barbudos* mobilizaram cerca de mil participantes<sup>10</sup>. Foram identificadas mais de 40 famílias<sup>11</sup>, unidades de parentela, com sobrenomes cruzados, ligadas por relações de amizade, reciprocidade, casamento e proximidade geográfica. Como núcleo de referência, aponta-se as famílias Desidério Fiúza, Ferreira França e Gonçalves da Costa. Além destes pequenos proprietários, o movimento religioso mobilizou libertos e comunidades indígenas – guaranis e caingangues – entre os moradores das antigas florestas de erva-mate e araucária do Planalto Médio e da Encosta da Serra Gaúcha. Com as inúmeras situações de opressão política e de exploração econômica, esse grupo aderiu à proposta de uma “nova religião”. As famílias reuniam-se para rezar e para compartilhar relações de trabalho, articulando estratégias de venda conjunta da produção agrícola em outros centros comerciais como alternativa ao monopólio dos intermediários locais.

Com os conflitos sangrentos da Semana Santa, o movimento dos *monges* ganhou as manchetes dos jornais<sup>12</sup> de Porto Alegre e do interior do Rio Grande do Sul em abril e maio de 1938. Duas intervenções policiais violentas – auxiliadas por moradores locais – contra os agricultores dos distritos rurais do Jacuizinho e do Lagoão em Soledade, na divisa com o município de Sobradinho, foram noticiadas como ações de prevenção à “invasão de fanáticos”. O primeiro cerco ocorreu na Quinta-Feira Santa, em 14 de abril de 1938, no sexto

distrito de Soledade. A igreja de Santa Catarina<sup>13</sup>, na Bela Vista, foi sitiada. Neste tiroteio, resultaram vários feridos, dez presos e dois mortos: o agricultor Anastácio Desidério Fiúza e um bebê recém-nascido chamado Francisco Vidal.

Três dias depois, no domingo de Páscoa, após o sepultamento de Anastácio Fiúza no cemitério do Rincão dos Costa, no Jacuizinho, então quinto distrito de Soledade, um segundo cerco vitimou mais um agricultor e ocasionou a prisão de quase cem pessoas. Com o recrudescimento das ameaças e das perseguições por parte dos vizinhos e das autoridades municipais e estaduais, o curandeiro André Ferreira França passou a viver escondido. Em agosto, ele foi localizado quando caminhava pelas estradas do Lagoão. Uma emboscada foi organizada e executada durante a madrugada. A casa de José Crespim da Rosa, na Coloninha, foi cercada por dois policiais e cinco civis, vários tiros foram disparados. Deca França e Antônio Mariano dos Santos foram mortos.

A identificação dos *monges* com o “fanatismo” e com o “extremismo” serviu para desconstituir qualquer possibilidade de reconhecimento das questões apresentadas pelo grupo de agricultores em relação ao *status quo* dominante. As críticas implícitas quanto à violência social e política e quanto às mudanças nos padrões de produção e comercialização agropastoril, principalmente a crescente devastação das florestas e do ambiente natural, ficaram secundarizadas frente à névoa mística que envolveu o movimento religioso. As justificativas utilizadas na época dos acontecimentos acabaram por influenciar interpretações de alguns estudos posteriores. Na análise da temática dos movimentos religiosos e messiânicos brasileiros, não raras vezes, o caráter político e contestatório dessas organizações sociais rurais foram minimizados.<sup>14</sup>

Os *monges barbudos* tiveram contra si as elites locais e a estrutura de Estado em transformação. A repressão política crescia com a ditadura de Getúlio Vargas e, particularmente, a partir de 10 de novembro de 1937, quando foi formalizado o regime de exceção e o golpe de Estado. Assim, a reunião de centenas de pessoas, em abril de 1938, há apenas cinco meses da instalação da ditadura do Estado Novo, intensificou os temores. O assassinato de Anastácio Fiúza e seu velório no Rincão dos Costa mobilizou os vizinhos, as autoridades municipais e os comandos da Brigada Militar e da Polícia Civil, que deslocaram para Soledade e Sobradinho uma tropa de 70 praças e oficiais provenientes de Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre. Comerciantes e colonos desencadearam a ação policial que resultou no recrudescimento das perseguições, na organização de emboscadas e na morte de seis participantes.

### Os antagonistas: autoridades locais e comerciantes

As delegacias de polícia de Soledade e Sobradinho produziram informações e relatórios para o governo estadual, na época sob intervenção federal do Estado Novo (1937-1945), chamando a atenção das autoridades para a “seita de fanáticos” com “suspeita de professar ideias extremistas”<sup>15</sup>. Testemunhas contrárias aos *barbudos*, ouvidas na Delegacia de Polícia de Sobradinho, após o cerco violento à Igreja de Santa Catarina, sugeriram um insólito vínculo entre os “fanáticos” e o ex-governador, general Flores da Cunha, já exilado no Uruguai.

Além desse suposto vínculo com o poder deposto, esses “caboclos” foram comparados pelo juiz de direito da Comarca de Candelária, Aristides Dutra Boeira<sup>16</sup>, com os *muckers* (1868-1874) do Ferrabraz, no Rio Grande do Sul, e com os rebeldes de Canudos (1893-1897), na Bahia. Essa associação seria suficiente para exacerbar velhos traumas sociais e políticos. Mas, o juiz foi além. Ele afirmou que os “fanáticos” praticavam o “baixo espiritismo”, recorriam a poderes “sobre-humanos”, diziam-se capazes “de curar todas as moléstias” e exploravam a “crendice e ignorância de grande número de pobres agricultores”. Afora isso, os líderes exerciam “grande autoridade”, contrapunham-se às ordens policiais e religiosas, realizavam reuniões quase “diariamente” e ameaçavam “os que não aderiram”. Na sentença do juiz Dutra Boeira – que absolveu os dois militares e os cinco civis pelo assassinato de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos – pôde-se observar a crescente aglutinação de adeptos dessa nova “seita”.

Na medida em que aumentavam os fiéis, desencadeavam-se boatos e temores que provocaram uma decisiva repressão policial auxiliada e motivada por moradores não convertidos e receosos de supostas intenções subjacentes dos *barbudos*. Esses trabalhadores rurais tiveram como opositores cerca de 500 pessoas entre as autoridades municipais, negociantes e comerciantes, fazendeiros e colonos de origem estrangeira assentados em empreendimentos coloniais do início do século XX. Os antagonistas foram responsáveis por promover e participar de três cercos policiais, ocorridos entre março e agosto de 1938, dos quais resultaram mais de cem presos – alguns detidos foram enviados para Sobradinho, Soledade, Cachoeira do Sul e Porto Alegre –, vários feridos e seis mortos.

Como referência do núcleo contrário aos *monges*, em Sobradinho, pode-se apontar aqueles que se apresentaram ao enviado especial da Chefia de Polícia, capitão Riograndino da Costa e Silva, no final de abril de 1938. Eles eram autoridades e moradores: o prefeito de Sobradinho,

Santo Carniel, o juiz municipal, Henrique de Freitas Lima Filho, o delegado Antônio Pontes, o advogado Armando Andrade, dois comerciantes de descendência italiana e, como “vaqueano”, orientando o percurso realizado pelo enviado da interventoria, Oscar Telles.<sup>17</sup>

A família Telles esteve fortemente vinculada à repressão ao movimento dos *monges*. Oscar foi apontado pelos *barbudos* como o autor do disparo que matou Anastácio Fiúza na Igreja de Santa Catarina. O pai, Júlio Telles, foi quem mobilizou as autoridades policiais para dispersar a concentração religiosa na igreja da Bela Vista, em frente à sua casa. Descobertas recentes apontam que os embates entre os comerciantes e os agricultores do sexto distrito de Soledade desenvolviam-se pelo menos desde o início da década de 1930. Esses negociantes intermediavam a venda dos produtos agrícolas dos pequenos produtores rurais e estabeleciam relações de subordinação e dependência. Assim, em agosto de 1930, dispostos a não mais aceitar os abusos cometidos, os agricultores André Ferreira França e Virgílio Zacharias da Silva prestaram queixa contra o então juiz distrital Júlio Telles e o comerciante Pedro Guilherme Simon. O promotor público interino, Evaristo Teixeira do Amaral Filho, convencido da ineficácia das autoridades policiais em defender os agricultores, promoveu a denúncia ao juiz da Comarca de Soledade.<sup>18</sup>

A acusação era de que Júlio Telles, então juiz distrital do Lagoão, exorbitava de suas atribuições. Ele havia determinado o comparecimento a sua residência, e a posterior prisão, dos dois moradores do distrito “a fim de acertarem negócio”. Era exigido o pagamento de dívidas questionadas pelos agricultores. Tanto quando aos valores cobrados como quanto a própria existência da pendência. No caso de Virgílio, era cobrada uma conta contraída em 1919 e que já havia sido paga, conforme recibo apresentado por ele. Seguiu-se um processo judicial de dois anos. Ao final, ficou bastante claro ao promotor de justiça, ao juiz da Comarca e ao Superior Tribunal Estadual que Júlio da Silva Telles utilizava-se de capangas e cobrava contas com vantagens para si, abusando do seu cargo. O réu foi condenado a abandonar a função pública por dois anos e a pagar multa.

Oito anos depois desta denuncia por abuso de poder, os comerciantes Júlio Telles e Pedro Guilherme Simon estiveram diretamente envolvidos com a repressão aos *monges barbudos* e com o assassinato de Anastácio Fiúza e André França. Júlio Telles articulou o cerco de policiais e civis à igreja da Bela Vista onde foi baleado Anastácio Fiúza, possivelmente por seu filho Oscar Telles. Pedro Simon foi julgado pela morte de André Ferreira França ocorrida no Lagoão, juntamente com os réus José Henrique Simon, seu filho,

Aparício Miranda, um “peão” a seu serviço, e mais outros dois civis e dois militares. Os sete julgados foram absolvidos pelo juiz Aristides Boeira em 1942.

### **Repressão planejada e seletiva**

Constata-se que a repressão aos *monges barbudos* foi planejada e seletiva. Os dois principais protagonistas – André Ferreira França e Anastácio Desidério Fiúza – foram assassinados em situações que envolveram agentes do Estado em colaboração com civis. As investigações policiais já existiam há alguns meses antes dos confrontos da Semana Santa de 1938 e foram comprovadas por documentos policiais de Soledade e Sobradinho. As delegacias de polícia já haviam identificado e prendido para averiguação alguns dos participantes.

O mais antigo documento a respeito do movimento dos *monges barbudos*, localizado até o momento, é o interrogatório do agricultor Abrelino da Rocha Soares<sup>19</sup>, colhido na Delegacia de Polícia de Sobradinho, Comarca de Santa Cruz, pelo delegado Antônio Pedro Pontes, no emblemático dia 10 de novembro de 1937. Abrelino tinha 53 anos, era casado e residia no 1º distrito de Sobradinho. Ele confirmou que “frequentou” somente “uma vez” a reunião “chefiada por André Ferreira França” no sexto distrito de Soledade. Quatro meses depois, em março de 1938, a Delegacia de Polícia de Soledade organizou uma diligência com a finalidade de investigar o grupo. Foram presos oito *monges barbudos*<sup>20</sup>.

As iniciativas policiais foram acompanhadas e orientadas pelo comando da Brigada Militar e pela Chefia de Polícia. O então interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel do Exército Oswaldo Cordeiro de Farias, tinha conhecimento dessas ações através dos comandos policiais e também da Secretaria do Interior. As reuniões religiosas, realizadas quase diariamente nas capelas rurais, com as pregações de Anastácio Fiúza enfatizando a retórica de que os adeptos da “seita” eram os escolhidos por Deus, foram alarmando os não participantes. As curas de André Ferreira França, manipulando ervas locais e realizando rituais de magia<sup>21</sup>, foram aglutinando pessoas em sua casa. O empoderamento do agricultor curandeiro Deca França e do mobilizador Tácio Fiúza foi ameaçando o monopólio dos poderes locais permanentemente em disputa violenta em Soledade e Sobradinho.

Após os cercos de policiais e civis e com as mortes ocorridas durante a Semana Santa, no final de abril, dois capitães seguiram para a região dos conflitos enviados pelo alto comando das forças de segurança pública do Estado Novo. O capitão Riograndino da Costa e Silva foi proceder a uma investigação expedita a serviço do chefe de polícia, capitão Aurélio

da Silva Py, e do interventor federal no Rio Grande do Sul. Foi verificar *in loco* a natureza e as repercussões do conflito. O capitão José Rodrigues da Silva foi designado pelo comando da Brigada Militar para dirigir o destacamento local e o reforço de 70 homens de Passo Fundo e Santa Maria deslocados para Soledade e Sobradinho.

Segundo os registros do capitão José Rodrigues da Silva da Brigada Militar<sup>22</sup>, nas reuniões de orações participavam “em comum” homens, mulheres e crianças, especialmente os jovens – a “rapaziada” que era “a mais assediada para a seita”. Anastácio era “esperto e muito dinâmico” e conseguia conquistar a “obediência de seus fiéis”. Pode-se dizer que o dinamismo apontado pelo militar confirma-se na capacidade de Anastácio em articular seus vizinhos, inclusive para a venda da produção agrícola em Lajeado enfrentando os interesses dos comerciantes locais que lucravam com a intermediação da venda dos produtos agrícolas. A disposição de Anastácio em andar a pé ou a cavalo, percorrendo a região, colocava-o como uma liderança frente a tantos grupos submetidos a relações de exploração.<sup>23</sup>

### **O profeta andarilho São João Maria: espíritos que baixam**

Nos dois dias em que estive no interior de Soledade e Sobradinho, o delegado de polícia capitão Riogradino da Costa e Silva<sup>24</sup> cumpriu a missão de apurar os acontecimentos que vinham preocupando as autoridades estaduais. No sábado, 23 de abril de 1938, antes mesmo de partir de Sobradinho em direção ao interior dos municípios, ele enviou um telegrama ao chefe de polícia dizendo que “os chamados fanáticos” atuavam no município de Soledade, com “incursões na zona limítrofe com Sobradinho”, tendo aparecido também em municípios vizinhos como Júlio de Castilhos. A questão já tinha “mais de ano” e trazia um “fundo” de “misticismo religioso”. Supunham, os contrários, “haver orientadores qualificados”, procedentes de Cruz Alta, e indivíduos “mais espertos” manipulando os moradores. O levantamento preliminar apontava para dois nomes: André Ferreira França e João Maria de Jesus. Sobre André França, o policial limitou-se a apontar o nome no final da página.

Para João Maria, Costa e Silva elaborou o seguinte perfil: seria um “elemento vindo de Nonoai – toldos de índios”, fazendo “incursões” no município há dois anos, promovendo “grande coletas de dinheiro” entre os *monges*. Como marcas pessoais tinha “estatura baixa”, era “magro” e ruivo, com barba “crespa”. Falava “diversas línguas” e tinha “sotaque de estrangeiro”. Usava “chapéu de lona clara” e, embora estivesse “miseravelmente vestido”, andava “sempre com muito dinheiro”. As informações colhidas pelo capitão confirmavam que



João Maria teria estado na Semana Santa na Bela Vista. Conforme os entrevistados, o *profeta* teria estado na casa de Anastácio, para orientar os fiéis, e para revelar que Tácio voltaria morto.

Essa descrição de Riograndino para João Maria de Jesus contrasta com a versão do benzedor Alfredo Antônio dos Santos<sup>25</sup>, 66 anos, dada em depoimento policial. Para o Ceguinho Alfredo, como era conhecido, o *profeta* do Lagoão e do Jacuizinho era João Maria de Assis. Com isso, o João Maria dos *monges barbudos* distancia-se também de João Maria de Agostini e João Maria de Jesus, ambos estudados por Oswaldo Rodrigues Cabral<sup>26</sup> nos anos 1960. Para os participantes do movimento religioso<sup>27</sup>, o velho *monge* teria chegado em 20 de janeiro de 1935, dia de São Sebastião, para sensibilizar André Ferreira França de sua missão. Para garantir suas pregações, João Maria deixou uma *Carta de Aviso*, propondo a ruptura com os que não eram bons e com os que “abusavam”.

Em entrevistas realizadas<sup>28</sup>, duas participantes do movimento dos *monges* mencionaram que o velho *profeta* “baixou” na região. Para alguns, João Maria era um “espírito” encarnado em um velho de etnia bem brasileira, que poderia ser identificado como negro ou bugre. Um “espírito que comia pouco”, que tinha a marca de uma lança no peito, assim como seu pai. Seriam essas marcas vestígios das torturas corporais dos tempos da escravidão? Para as entrevistadas, João Maria era um e eram três, os irmãos Manuel de Tibagé. Ele era uma pessoa simples, do fogo e da biriva.

Os *monges barbudos* acreditavam que os espíritos “baixavam”, assim foi com João Maria, assim foi no velório de Anastácio Fiúza, quando as próprias santas Catarina e Terezinha “baixaram” em duas moças. As jovens da família Ferreira – Maria Cândida Ferreira de Camargo, com “Santa Catarina”<sup>29</sup>, e Maria Florestina Ferreira<sup>30</sup>, com “Santa Terezinha”. Assim, na cerimônia fúnebre de Anastácio, no momento do cortejo para a sepultura, conforme relato de Orlandino Costa<sup>31</sup>, uma das moças da família Ferreira teria saído gritando e dançando em um pé só, rogava pela “minha rainha Santa Catarina, que é virgem e é poderosa”. Esse fato “embeveceu” a todos, muitos “não conheciam” esse tipo de manifestação, por isso, ficaram distraídos e acabaram se descuidando das forças de repressão que se aproximavam. Elas foram as duas únicas mulheres a serem presas entre os quase cem detidos no Jacuizinho. Juntamente com um grupo de nove prisioneiros, as Ferreiras foram enviados para Porto Alegre.

Através das manifestações atribuídas ao *profeta* João Maria, ou do conteúdo da *Carta de Aviso*, os *monges barbudos* apresentavam um Jesus Cristo nervoso, irritado, descontente

em não ter sido atendido, indignado com os que perderam tempo para a salvação, fazia ameaças com o inferno. Além disso, as orientações eram claras: não matar, não roubar, não mexer no alheio, evitar a “malandragem”, exercer uma reação pacífica, oferecendo “a outra face”, morrer “como cordeiro” ou “como galinha”. As curas eram “uma graça” recebida. As palavras eram “sagradas”. Os sonhos eram vistos como possibilidade de comunicação com os mortos ou como revelação de mistérios sobrenaturais.

Os *monges barbudos* destacavam a solidariedade, “dar um prato de comida”, dinheiro, “uma oferta”. Sobre o trabalho, refutaram com veemência a fofoca disseminada de que eles abandonaram as tarefas produtivas, apenas teriam defendido o direito aos sábados e aos dias santos, flexibilizando o domingo, caso fosse necessário, em épocas de safra. Com alguma segurança, é possível associar esses elementos com raízes cristãs e católicas, mas também com práticas de matriz africana e de magia indígena.

### **Proximidade com guaranis e caingangues**

A partir dos registros do capitão Riograndino da Costa e Silva fica demonstrada a relação dos *monges barbudos* com os indígenas do toldo de Nonoai. É necessário que se esclareça que, entre 1908 e 1913, foram demarcadas terras para as comunidades guaranis e caingangues no processo de regulamentação da colonização de áreas de floresta no Norte do Rio Grande do Sul. No entanto, como afirmou Luiza Kliemann<sup>32</sup>, a demarcação de onze toldos indígenas não eliminou as relações de usurpação de terras e de extermínio das populações nativas. A autora apontou as frequentes violências como: o “envenenamento das águas dos rios e a distribuição de roupas contaminadas por doenças causadoras de epidemias.” Em 1911, foi criado o toldo do Lagoão, em Soledade, o único para abrigar os guaranis, os demais eram de etnia caingangue<sup>33</sup>. A área tinha em torno de mil hectares. No entanto, após a doação aos indígenas, a família que vendeu as terras ao Estado voltou a apossar-se do território, vendendo-a novamente para assentamento colonial. Já a partir de 1918, a área estava privatizada e os guaranis expulsos frente à omissão das autoridades estaduais.<sup>34</sup>

Para Cezimbra Jacques<sup>35</sup>, que registrou informações sobre os indígenas do Rio Grande do Sul, a partir de encontros ocorridos em Porto Alegre, em 1911, os caingangues eram “selvagens” e “cruéis”. Conhecidos como *coroados* ou *bugres*, eles estiveram em Porto Alegre para exigir garantias para as terras que ocupavam do então presidente estadual Carlos Barbosa. Eles reclamavam que os brancos estavam invadindo suas terras. O autor apontou que grande número de caingangues vivia nas florestas de araucária onde colhiam o pinhão. Esse

fruto fazia parte da alimentação dos indígenas: os “habitantes dos pinhais fazem dessa fruta farinha e paçoca”. O excedente era vendido nos povoados fazendo parte da dieta das populações rurais. A exploração econômica de pinheiros como madeira de lei afetava gravemente o abastecimento das populações que tinham nessas sementes a base de sua alimentação.

Cezimbra Jacques<sup>36</sup> refere-se também a passagem por Porto Alegre de três “chefes da tribo guarani” da Serrinha – próxima ao Lagoão – onde teriam fixado residência “em terras devolutas”, “há mais ou menos 4 anos, sem oposição de ninguém.” Os guaranis da Serrinha foram recebidos pelo intendente José Montauri e pelo chefe do Serviço de Proteção ao Silvícola do Ministério da Agricultura, Raul Abbott. Conforme informações do autor, os indígenas preservavam a língua guarani, que seria o idioma falado e escrito pelos demais autóctones “catequizados”. Os guaranis afirmaram ser “pobres” e não possuir instrumentos para fazer grandes roças, limitavam-se a plantar um pouco de milho, feijão, batatas, mandioca e fumo. Criavam galinhas, patos e porcos que vendiam. No toldo da Serrinha, “entregam-se à plantação do tabaco e ao fabrico do fumo para cigarros.” Pode-se observar, assim, que os guaranis produziam os mesmos produtos que os demais agricultores e colonos: cereais, raízes, fumo e criavam animais.

Pelo fato das áreas indígenas estarem próximas às terras dos colonos, eles trabalhavam também como “peões”, nas roças e nos ervais e eram “pagos com usura”. Conforme Cezimbra Jacques<sup>37</sup>, além do pagamento no trabalho dos ervais ser “lamentável”, era “a troca de gêneros, vivendo assim de uma cruel exploração essa pobre gente”. Outra forma de exploração era o arrendamento das terras indígenas pelos colonos que pagavam “uma insignificância”. Afora isso, as terras estavam “invadidas por intrusos”. Os guaranis afirmaram ser batizados e revelaram vínculos com Nonoai, afirmaram terem nascido nas aldeias do Norte.

Toda essa problemática indígena apontada pelo major Cezimbra Jacques no início do século XX continuou a agravar-se. O avanço da colonização, visando à intensificação da produção agrícola para exportação, foi devastando as florestas de araucárias e os ervais nativos. Ao mesmo tempo, percebe-se a interação das populações nativas de guaranis e caingangues na produção agrícola como lavradores, peões e ervateiros. Quando o jornal *Kolonie*<sup>38</sup> de Santa Cruz do Sul, em artigo procedente de Sobradinho, mencionou os ervateiros, o “povo do mato”, os “mal-afamados” do Lagoão, “os fanáticos” que “estavam até

agora escondidos no mato” e que “apareceram agora em grande número”, não resta dúvidas de que estavam falando também dos guaranis.

### **Pacifismo e produção independente em oposição à violência política e econômica**

Na leitura e análise dos documentos policiais de 1938, produzidos pelas Delegacias de Polícia de Soledade e Sobradinho e pelos oficiais da Brigada Militar, especialmente nos depoimentos de testemunhas, percebe-se a existência de boatos, exageros e a amplificação dos fatos e das circunstâncias. Observa-se que alguns detalhes foram acentuados visando dar gravidade às motivações do encontro religioso para justificar os temores e a ação policial contra agricultores reunidos para rezar. O extremo dos boatos foi o vínculo dos *barbudos* com o ex-governador Flores da Cunha, um reforço de cinco mil homens e mensagens deixadas por voos rasantes, conforme informações prestadas na Delegacia de Polícia de Sobradinho por moradores contrários.

Essa versão de vínculo com o ex-governador no exílio pode ter sido o alibi para a ação do prefeito municipal de Soledade, o farmacêutico Olmiro Ferreira Porto, historicamente vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e à Frente Única Gaúcha (FUG). A gestão da Frente Única, na etapa inicial do Estado Novo em Soledade, coincide com os atos de repressão ao movimento dos *monges barbudos*. As ações policiais estavam articuladas com os poderes municipais e estaduais. Os esquemas de poder do ex-governador Flores da Cunha e de seu partido, o Partido Republicano Liberal (PRL), havia afastado a oposição dos postos de poder. Por vários anos, somente foram nomeados prefeitos vinculados à situação. O acirramento da perseguição aos *monges barbudos* ocorreu de março a agosto de 1938, durante esta breve gestão da Frente Única no município de Soledade. Assim, seria possível considerar o acossamento dos *monges barbudos* como uma retaliação política contra o poder do PRL de Flores da Cunha?

A resposta a esta indagação pode começar a ser respondida pela análise da conjuntura política dos anos 1930. Essa década foi marcada por rupturas e arranjos institucionais variados. No início da década, a chamada Revolução de 1930 fez ascender setores da elite gaúcha ao centro da política nacional rompendo com o tradicional poder de mando de São Paulo e Minas Gerais. No entanto, a instabilidade política provocada pela remoção dos setores tradicionais da República Velha do poder federal acabou por fazer surgir movimentos contestatórios, como a denominada Revolução Constitucionalista de 1932 – liderada pela elite

paulista –, que acabaram por forçar a regulamentação democrática, com o novo Código Eleitoral (1932), a Constituição Federal (1934) e os processos eleitorais de 1934 e 1935.

Além dos movimentos políticos das oligarquias tradicionais, surgiram novas radicalidades como a Intentona Comunista da Aliança Nacional Libertadora (1937) e o Levante do Partido Integralista (1938) que acabaram por servir de pretexto para o fechamento político culminando com o golpe do Estado Novo. Este novo marco institucional autoritário centralizou poderes na esfera federal, promoveu o fim das autonomias estaduais e fez crescer os órgãos repressivos e policiais<sup>39</sup>, ao mesmo tempo em que estabeleceu outras formas de poder com a extinção dos partidos políticos e a supressão das liberdades democráticas.

Em Soledade e Sobradinho, ao longo da década de 1930, os poderes político-partidários, tanto da situação, quanto da oposição, garantiram influência pública para a obtenção de uma gama de negócios privados. Algumas dessas vantagens escusas foram apontadas na época e processos judiciais e administrativos buscaram apurar ou desconstituir as denúncias. Os enfrentamentos violentos entre os grandes proprietários eram por poder local, mas também por ambições estaduais. Pode-se dizer que as ações municipais eram balizadas pelos interesses estaduais e nacionais e que a violência política também estava relacionada aos possíveis ganhos advindos da ocupação de cargos públicos.

Essas localidades tiveram participação ativa nos confrontos armados de 1932, contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas, na presidência da República, e o interventor federal no Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha. A adesão de setores da política gaúcha ao que governou o estado por 25 anos, liderava essa articulação que somava o tradicional Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL). Os situacionistas integraram uma nova associação fundada em 1932, o Partido Republicano Liberal (PRL). O novo partido foi criado pelo general Flores da Cunha, que acumulava as funções de governador do Estado e de presidente da nova agremiação.<sup>40</sup>

Esses partidos da elite tinham expressão e disputavam poder nas localidades. O trabalho político exigia, além de convencimento, força de coerção. Um contingente masculino era convocado sistematicamente como grupamento armado nos conflitos de poder e nas disputas cotidianas. Assim foi em 1932, com a Revolução Constitucionalista, e em 1934, com o processo eleitoral e as intimidações violentas ocorridas em Soledade e Sobradinho. Os grupos dominantes garantiam as relações de mando com o serviço dos capangas até mesmo para os intensos conflitos entre os dominantes. A população acabava refém das autoridades, dos comerciantes locais e dos interesses políticos e econômicos em confronto. A ruptura com

práticas de violência armada proposta pelos *monges barbudos* desafiava também neste aspecto os poderes constituídos.

### **O povo do mato: ervateiros, safristas, jornaleiros e fumicultores**

Além do contexto político-administrativo, as transformações socioeconômicas dos anos 1930 tiveram repercussão em Soledade e Sobradinho. As grandes crises do sistema capitalista refletiram diretamente na economia brasileira e tiveram drásticas consequências no Rio Grande do Sul e nas localidades estudadas. Os ciclos de superprodução agrícola atingiram a pecuária e os produtos tradicionais de exportação da região como a banha suína, a erva-mate, a madeira, o fumo e os cristais de rocha. As dificuldades no setor agrícola trouxeram novos desafios produtivos e de sobrevivência para os camponeses. Eles tiveram que aprender a lidar com a queda dos preços dos produtos agrícolas, a mecanização de processos produtivos, a introdução de componentes químicos na agricultura – especialmente na produção de fumo –, o controle estatal no abate dos animais e as transformações na forma de organização e comercialização dos produtos agropecuários.

Entre 1940 e 1941, o escritor alemão Wolfgang Hoffmann Harnisch, exilado no Brasil<sup>41</sup>, esteve em viagem pelo Rio Grande do Sul e fez preciosos registros sobre a região de Santa Cruz e arredores. A respeito da tradicional produção da erva-mate, ele fez um relato esclarecedor. Conforme o autor: na “época da safra, os proprietários dos ervais reúnem turmas de homens, quase sempre intrusos, que vivem nesses ervais”. Cabia ao “ervateiro-empresário” fornecer os facões e a comida. Participavam do processo produtivo os homens “com mulher e filhos”. A lida exigia habilidades e conhecimentos da floresta.<sup>42</sup> Harnisch registrou a difícil situação dos ervateiros, em “tempos passados”, e as “muitas queixas, aliás, bem justificadas”, comparando a “sina” desses trabalhadores com a dos seringueiros na Floresta Amazônica. Ambos dependiam dos “empresários” que impunham “condições de trabalho tão opressivas”. A descrição do escritor alemão coincide com os apontamentos de Cezimbra Jacques<sup>43</sup> sobre o trabalho dos guaranis nos ervais, como safristas ou peões e a exploração servil em troca de alimentos. Verifica-se que a organização dos trabalhadores rurais em torno dos *monges barbudos*, além de questões no plano espiritual, atendia às necessidades de busca de alternativas econômicas frente às novas exigências nacionais. Severas regulamentações com relação ao processamento da erva-mate<sup>44</sup> e ao trato com os suínos centralizava as oportunidade para as práticas agrícolas e de comercialização.<sup>45</sup> Os novos tempos desorganizavam a vida tradicional e os negócios dos camponeses.

Por outro lado, os grandes criadores, produtores rurais e negociantes enfrentaram a crise com duas alternativas. De uma parte, eles investiram na produtividade, com iniciativas de mecanização – o que diminuiu a necessidade de arregimentação de mão de obra – e, de outra parte, impulsionaram o associativismo empresarial. Entre 1926 e 1930, foram criadas mais de 70 associações comerciais, agrícolas e pastoris no Rio Grande do Sul. As iniciativas dos produtores foram apoiadas pelo governo estadual e demonstram a necessidade de associação para o enfrentamento das crises. Aos grandes produtores foi facilitada e estimulada a organização.<sup>46</sup>

Na perspectiva dos trabalhadores rurais, pode-se afirmar que a religiosidade inspirada no *profeta* João Maria serviu para compor uma aliança entre os pequenos produtores e os trabalhadores rurais safristas. Anastácio, com o seu movimento de conversão dos vizinhos, mobilizava uma população livre que habitava as florestas, o chamado “povo do mato”. Ao longo da pesquisa, foi possível observar o espaço social do mato, como lugar de produção, moradia, subsistência e fuga de relações de opressão de diversas naturezas. Essas populações tinham a destreza no manejo das florestas e aptidão para as atividades agrícolas e a criação de animais. Eles compunham um grupo produtivo denominado pelo jornal *Kolonie*<sup>47</sup> como os ervateiros, os carvoeiros e os jornaleiros.

Nessa mesma época, a derrubada das florestas de pinheiro de araucária e de erva-mate, para a abertura de novas áreas colônias e para a exploração da madeira, foi gradativamente modificando a paisagem e destruindo a possibilidade de sobrevivência independente dessas populações do mato. A comercialização da madeira de lei fez surgir mais de 50 serrarias em Soledade<sup>48</sup>, que abasteciam o consumo interno e os municípios de Carazinho, Encantado e Porto Alegre. Os empreendimentos das companhias privadas de assentamentos coloniais, uma das principais formas de substituição do trabalho escravo na produção agrícola, também faziam minguar as florestas e desalojavam os antigos posseiros.<sup>49</sup> Além disso, os novos processos da indústria fumageira exigiam madeira e carvão para abastecer os fornos de secagem.

O envolvimento de Sobradinho com a produção de fumo é bastante significativo para que se entenda o movimento dos *monges barbudos*. Ainda segundo Wolfgang Harnisch<sup>50</sup>, 99,9% do fumo de “todos os cigarros fumados entre Manaus e Jaguarão” provinham do Rio Grande do Sul. De origem sul-americana, o fumo era cultivado pelas populações nativas. Com a colonização alemã, no século XIX, o tabaco passou a ser produzido em larga escala, especialmente em Santa Cruz do Sul e nos municípios do entorno, tornando-se importante

produto de transformação e exportação. Desde o final da Primeira Guerra Mundial, a agricultura simples e sem adubação, passou a requerer a utilização de fertilizantes químicos, secagem em fornos e acompanhamento técnico por parte das grandes empresas. Esse fumo passou a ser conhecido como fumo-de-forno utilizando carvão para o processo de industrialização. Nessa mesma época, em 1919, foi criada a Companhia de Fumos Santa Cruz, consórcio entre as seis fábricas existentes que, unidas, atingiram a marca de 100 milhões de cigarros.

A partir de 1920, a Companhia Brasileira de Fumo em Folhas, firma autônoma de aquisição de fumos do grande consórcio de cigarros Souza Cruz, começou a incentivar que os colonos produzissem o fumo-de-forno. Criaram regiões de cultivo, cada qual com um instrutor da companhia que visitava sistematicamente cerca de 100 colonos: distribuía as sementes e descontavam um valor referente ao adubo na época da safra. Assim, o colono assumia o compromisso de entregar a colheita. O Rio Grande do Sul tinha a primazia no fornecimento do fumo-de-forno para os cigarros de todo o Brasil e algumas quantidades eram exportadas para a Argentina. O tradicional fumo-de-galpão era exportado para ser transformado em charutos na Alemanha, Argélia, Holanda e Suíça.<sup>51</sup>

Em 1939, a produção nacional de fumo em folha era de mais de 52 mil toneladas. O Rio Grande do Sul era responsável por mais de 44% do total. Sobradinho era o segundo maior produtor estadual, ficava atrás somente de Santa Cruz e na frente de Venâncio Aires. Esses três municípios eram responsáveis por mais de 45% do tabaco gaúcho e 20% da produção brasileira.<sup>52</sup> Verifica-se desta forma que, ao falar sobre os riscos do fumo, fosse por ser guardado nas casas, ou nos galpões para secagem, ou por exigir vários esforços dos agricultores, inclusive a manipulação de aditivos químicos, os *monges barbudos* estavam a desafiar interesses muito poderosos e articulados com grandes interesses nacionais e internacionais.

### **Considerações finais**

Pelas características da produção econômica local, pode-se afirmar que participaram do movimento dos *monges barbudos* pequenos proprietários rurais, mas também trabalhadores rurais sazonais destros no manejo da derrubada da floresta, na abertura de novos roçados, nas técnicas tradicionais da produção do fumo e da exploração dos ervais e no cultivo de lavouras de milho, mandioca e feijão. Com segurança, entre os safristas existiam indígenas – das etnias guaranis e caingangues – e ex-escravos refugiados nas florestas após a



abolição da escravidão (1888), ocorrida há apenas 50 anos antes dos eventos de 1938. Essa população rural, que garantia a produção de alimentos, o cultivo do fumo e a exploração dos ervais, passou a ser “pleiteada” por uma nova força social envolvida no manto místico de uma nova “religião”.

O discurso religioso dos *monges barbudos* questionou as transformações que estavam ocorrendo nas relações de produção econômica e funcionou como um protesto velado, ou explícito, aos desmandos políticos e econômicos. O processo acelerado de destruição e de apropriação privada dos recursos naturais – como as florestas e os ervais – e as inovações na produção do fumo – com as novas tecnologias – alteraram a paisagem e a rotina agrícola. As práticas religiosas expressavam as angústias das populações locais com a tumultuada conjuntura política e econômica. Eles adotaram uma perspectiva de superação mágica para as incertezas e os sofrimentos terrenos. Tinham a urgência da justiça divina para transformar a realidade existente.

Ficou evidenciado na documentação da época os lados em conflitos, os dois grupos nitidamente constituídos, as inimizades. Por outro lado, observa-se o esforço de institucionalização do Estado e dos serviços de segurança pública: os delegados de polícia são chamados a registrar os acontecimentos, a colher depoimentos, chamar testemunhas e a realizar laudos periciais. Ao mesmo tempo em que extrapolam em violência. Percebe-se que, do ponto de vista dos poderes institucionais, era necessário justificar a morte de um homem desarmado, dentro de uma igreja, e de um bebê no colo de sua mãe<sup>53</sup>, durante a Semana Santa, bem como minimizar a embosca e o assassinato de dois homens desarmados em agosto de 1938. Assim, os funcionários públicos acabaram por atuar na perspectiva de justificar suas práticas a partir de uma suposta iniciativa das vítimas.

Os antagonistas criaram um perfil para desqualificar os *monges barbudos*: tinham posturas inadequadas frente ao sagrado, eram agressivos, queriam tomar as propriedades, ameaçavam de morte, iniciaram os tiroteios. As autoridades civis e policiais não tiveram dúvidas em defender os comerciantes e os contrários aos *monges*, justificaram a repressão como forma de conter supostas atitudes agressivas de “infiltrados”. Quanto aos *barbudos*, foram difamados, caluniados, presos, perseguidos, humilhados, feridos e mortos.

Por fim, algumas questões podem ser sistematizadas como um resultado desse estudo. A primeira deles, e talvez a mais decisiva, é a de que os participantes do movimento religioso dos *monges barbudos* estavam inseridos no modelo econômico de produção, mantinham relações de trabalho, de compra e venda e de convivência social e política com os seus

opositores, relações essas nem sempre respeitadas e pacíficas. A segunda questão é a de que os opositores compunham a elite política e econômica local e estavam associados aos poderes municipal, estadual e nacional. O receio dos comerciantes era o de perder a mão de obra agrícola, pastoril e extrativista – por vezes, bastante explorada nas relações trabalhistas. Estava em jogo a exportação de alimentos e dos derivados animais – como a banha e as carnes – a industrialização do fumo, o processamento da erva-mate e os lucrativos negócios da venda da madeira e dos lotes coloniais.

A terceira questão é a de que o discurso de resistência pacífica e do naturismo preservacionista apresentado pelos *monges* encontrou eco entre os excluídos do poder e confrontou a elite abastada no seu *modus operandi* autoritário e violento. A quarta questão é a de que a seita dos *monges barbudos* trazia elementos constitutivos de diversas matrizes culturais e étnicas sincretizando magia e religiosidade, conhecimento popular curativo e elementos do catolicismo popular. A religiosidade criada era uma síntese cultural com elementos do messianismo, do catolicismo, do espiritismo e da magia.

As relações econômicas e políticas locais sofriam as consequências de uma conjuntura de crise econômica, de repressão política e de intolerância generalizada. Era 1938 e o mundo rumava para a Segunda Guerra Mundial. A epopeia dos *monges barbudos*, agricultores do interior dos municípios de Soledade e Sobradinho, que resistiram às relações de poder local e lutaram pelo direito de organização e manifestação religiosa, ainda tem muitos aspectos a serem desvendados e aprofundados. No entanto, os conflitos podem ser inscritos como exemplo de repressão política e de intolerância social, mas também de resistência e capacidade de agência e de associação entre as camadas mais empobrecidas do Brasil.

### Referências bibliográficas

BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976.

BRASIL. Decreto-Lei no 375, de 13 de abril de 1938. Cria o Instituto Nacional de Mate e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm)>, acesso em: 20 de julho de 2013.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 e 21 de abril e 8 de maio de 1938.

COSTA E SILVA, Riograndino. *Viagem a Sobradinho e Soledade*, 23 de abril de 1938. Rascunho manuscrito dos telegramas enviados. Cópia do arquivo particular.

COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Vol 2, Porto Alegre: Globo, 1922.

DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovilho. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. ver. e atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011.

DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 19 e 27 de maio de 1938.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.

DOURADO, Ângelo. *Os voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

ENTREVISTA ANDREZA GONÇALVES REIS. Despraiado, Lagoão, 21/janeiro/1990.

ENTREVISTA IDALCINÉIA ALVES DA COSTA. Tunas, 20/janeiro/1990.

ENTREVISTA IZALTINA GONÇALVES DA COSTA. Salto do Jacuí, 21/janeiro/1990.

ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA. Salto do Jacuí, 21/janeiro/1990.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995.

FERREIRA, Arthur Filho. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOES, Cesar Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS, Porto Alegre, 2007.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A Terra e o Homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952.

HISTÓRIA VIVA, n. 130, agosto de 2014. *Dossiê messianismo*. Fanatismo e Revolução. Duetto Editorial: São Paulo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432080&search=rio-grande-do-sul|soledade|infograficos:-historico>, acesso em: 08/fev/2014;

JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Cia União de Seguros Gerais/Editora Meridional Ema, 1979

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938. Artigo localizado por Silvana Krause e traduzido do alemão por René Gertz.

KOPP, Maria da Glória Lopes Kopp. *A chave do céu e a porta do inferno: os monges barbudos de Soledade e Sobradinho*. PUCRS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/6697>. Acesso em 01/11/2014.

KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul -1938*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.

LOVE, Joseph. “O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., tomo 3, v. 8, São Paulo: Difel, 1982, p. 116-7.

O NACIONAL. Passo Fundo, 22 de abril de 1938.

OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado*, Santa Catarina. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1992.

PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*. A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916. 3. ed. São Paulo, Ática, 1981.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3º Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos (30/03/1938). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. *Relatório* sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12/julho/1938. Relatório com anexos: relatórios dos delegados de polícia, manuscritos de depoimentos de testemunhas, laudos e atestados. (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. *Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares*, 10 de novembro de 1937. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva. (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. *Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos*. Delegacia de Polícia de Soledade, 03/junho/1938. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva. (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escrivania do Juri de Sobradinho. *Processo crime ordinário comum*. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Superior Tribunal do Estado. *Apelação crime*. Apelante: Júlio da Silva Telles. Relator: desembargador Caio Cavalcanti. Soledade, 1932. (APERS)

SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. *Relatório Financeiro de Soledade*. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987.

VIZENTINI, Paulo F. *A Crise dos Anos 20*. Conflitos e Transição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999.

## NOTAS

---

1 O município de Soledade, criado em 1875, foi desmembrado de Passo Fundo. Em 1927, foi estabelecido o município de Sobradinho a partir dos núcleos coloniais do 4º distrito e partes dos 5º e 6º distritos – Jacuizinho e Lagoão – de Soledade. Na década de 1920, o entorno das vilas do Lagoão e de Sobradinho eram essencialmente agrícolas, enquanto que nos campos de Jacuizinho era criado gado crioulo. Soledade manteve o beneficiamento de erva-mate e a pecuária como as principais atividades econômicas. Conforme: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432080&search=rio-grande-do-sul|soledade|infograficos:-historico>, acesso em: 08/fev/2014; BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976; COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Vol 2, Porto Alegre: Globo, 1922, p. 229.

2 Em 1892, Jacuizinho já era distrito de Soledade.

3 Este artigo tem como referência a dissertação KOPP, Maria da Glória Lopes Kopp. *A chave do céu e a porta do inferno: os monges barbudos* de Soledade e Sobradinho. PUCRS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/6697>. Acesso em 01/11/2014, orientada pelo prof. dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, teve a colaboração do prof. dr. Ricardo Mariano.

4 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987; KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul -1938*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001; FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002; GOES, Cesar Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

5 COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 120.

6 Aqui, a categoria de trabalhador rural inclui os agentes da produção agrícola dedicados às diferentes tarefas rurais como o plantio e a colheita, a criação de animais e o extrativismo florestal. Essa força de trabalho realizava ações de forma permanente ou sazonal, em terras próprias ou para outros proprietários, com vínculos formais ou informais de trabalho. Como sinônimo pode-se incluir o camponês, o agricultor e o lavrador. No Rio Grande do Sul, denomina-se de colono o proprietário de lotes coloniais, que variaram de tamanho no decorrer do tempo. O jornaleiro executava uma jornada de trabalho, por dia ou por tarefa. O safrista realizava trabalho sazonal. O peão realizava trabalhos diversos ligados à lavoura, à criação de animais ou à vigilância da propriedade rural.

<sup>7</sup> FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995. O autor fez um levantamento sobre a fé nos poderes curativos de João Maria.

<sup>8</sup> DOURADO, Ângelo. *Os voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

<sup>9</sup> A Guerra do Contestado foi um conflito ocorrido na divisa dos estados de Santa Catarina e Paraná. Os “caboclos” defenderam suas posses florestais associados aos trabalhadores da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande em oposição às companhias exploradoras de madeira e de construção ferroviária. Conforme QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social. A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1981; OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado*, Santa Catarina. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

<sup>10</sup> Chama a atenção na bibliografia sobre os *monges barbudos* e nos documentos da época a variação no número de participantes.

11 Conforme a lista de presos no Jacuizinho, após o sepultamento de Anastácio. RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. *Relatório* sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938. Anexos.

12 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 e 21 de abril e 8 de maio de 1938; DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 19 e 27 de maio de 1938; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938; O NACIONAL. Passo Fundo, 22 de abril de 1938; KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938 (artigo localizado por Silvana Krause e traduzido do alemão por René Gertz).

13 Segundo DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovilho. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. ver. e atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011, p. 234-5, em 1900, as Irmãs de Santa Catarina, provenientes da Alemanha, vieram para o Rio Grande do Sul para evangelizar os imigrantes. Possivelmente deva-se a este fato a existência de uma igreja para Santa Catarina na Bela Vista, área de colonização.

14 HISTÓRIA VIVA, n. 130, agosto de 2014. *Dossiê messianismo*. Fanatismo e Revolução. Duetto Editorial: São Paulo, p. 14-29. Capa: “Por que episódios repletos de significados sociais e políticos – como Canudos, Contestado e Juazeiro – foram, por tanto tempo, considerados apenas rebeliões messiânicas?”

15 Dois documentos enviados ao comando da Brigada Militar e, posteriormente, ao interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel Cordeiro de Farias, informam sobre os *monges barbudos*: o Relatório do 1º tenente Januário Dutra, delegado de polícia e comandante do destacamento da Brigada Militar de Soledade (30 de março de 1938) e o Relatório do major da Brigada Militar José Rodrigues da Silva com vários documentos anexos (12 de julho de 1938). (APERS)

16 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escrivania do Juri de Sobradinho. *Processo crime ordinário comum*. Réus: cabo Antonio Porto e outros. Vistos, Etc. Sentença do Juiz de Direito Aristide Dutra Boeira. Candelária, 30 de março de 1942. Vol 2, p. 203-204v. (APERS)

<sup>17</sup> Segundo anotações pessoais manuscritas de Riograndino da Costa e Silva.

<sup>18</sup> RIO GRANDE DO SUL. Promotoria Pública de Soledade. *Denúncia do Ministério Público ao Juiz da Comarca*, Décio Pellegrini. Promotor público interino da Comarca de Soledade: Evaristo Teixeira do Amaral Filho. 29 de agosto de 1930, p. 2-3v.

19 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares, 10 de novembro de 1937. (APERS)

<sup>20</sup> Oito monges barbudos foram presos em março de 1938. RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos (30 de março de 1938).

21 Definição de magia de PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 9.

22 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. *Relatório*: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938 (APERS).

23 Segundo ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA, Salto do Jacuí, 21/janeiro/1990, Anastácio sustentava a família criando e comercializando suínos. ‘Tocava’ mais de 100 animais a pé – suas criações e as dos vizinhos –, com o auxílio de jovens da família. Vendia também cristais de quartzo, comprava na região e levava para o município lindeiro de Lajeado, percorria cerca de 85 km com animais, milho e cristais de rocha.

24 Conforme COSTA E SILVA, Riograndino. *Viagem a Sobradinho e Soledade*, 23 de abril de 1938. Rascunho manuscrito dos telegramas enviados; CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 27 de abril de 1938 e DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.

25 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. *Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos*. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito. (APERS)

26 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963.

27 ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA, Salto do Jacuí, 21/janeiro/1990.

28 ENTREVISTA IDALCINÉIA ALVES DA COSTA. Tunas, 20/janeiro/1990; ENTREVISTA IZALTINA GONÇALVES DA COSTA. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21/ janeiro/1990.

29 Maria Cândida Ferreira de Camargo foi identificada pelo correspondente do CORREIO DO POVO de 05 de maio de 1938, como a Santa Catarina dos monges. Ela foi entrevistada na cadeia civil de Soledade.

30 Maria Florestina [ou Florícia] Ferreira foi identificada como a Santa Terezinha dos monges. Ela foi levada presa com outras duas pessoas para Porto Alegre. No total, nove pessoas foram deslocadas presas da delegacia de Polícia de Soledade para Porto Alegre.

31 ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA, Salto do Jacuí, 21/janeiro/1990.

32 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 131, 135, 137.

33 JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Cia União de Seguros Gerais/Editora Meridional Ema, 1979, p. 96 e 221. Na página 96, o autor estima a população dos toldos em 2.490 homens. Na página 221, o autor apresentou outra informação, seriam 5.500 habitantes.

34 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. Op. Cit., p. 131, 135, 137.

35 JACQUES, João Cezimbra. Op. Cit., p. 79, 80-2, 96.

36 JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Cia União de Seguros Gerais/Editora Meridional Ema, 1979, p. 80-1, 98, 220-1

37 Ibidem, p. 82, 98, 219-20.

38 KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938. Artigo localizado por Silvana Krause e traduzido do alemão por René Gertz.

<sup>39</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

40 Segundo FERREIRA, Arthur Filho. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958, p. 174, o Partido Republicano Liberal (PRL), na primeira eleição que concorreu elegeu “quase a totalidade da bancada gaúcha à constituinte federal de 1934.” Na eleição seguinte, para a Assembleia Estadual, manteve-se majoritário. Ver também WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 117.

- 41 Segundo GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 69.
- 42 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A terra e o homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952, p. 384.
- 43 JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Cia União de Seguros Gerais/Editora Meridional Ema, 1979, p. 79, 80-2, 96.
- 44 Em 13 de abril de 1938, foi criado o Instituto Nacional do Mate (INM): “órgão oficial dos interesses da indústria do mate”. Era formado por plantadores, cortadores, cancheadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de mate. BRASIL, Decreto-Lei n. 375, de 13 de abril de 1938. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm)>, acesso em: 20/07/2013.
- 45 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. Op. Cit, p. 466-9, 472; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 109, 111, 117, 141.
- 46 LOVE, Joseph. “O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., tomo 3, v. 8, São Paulo: Difel, 1982, p. 116-7; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. p. 24, 72; VIZENTINI, Paulo F. *A Crise dos Anos 20*. Conflitos e Transição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 42-3.
- 47 KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938.
- 48 SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).
- 49 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- 50 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A terra e o homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952, p. 390-2, 403.
- 51 Ibidem., p. 393, 395.
- 52 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp., p. 222, 235.
- 53 Francisco Vital [ou Vidal], bebê de 20 dias, morreu baleado no colo da mãe, Catarina. Ela também foi atingida no braço. Segundo ENTREVISTA ORLANDINO GONÇALVES DA COSTA, 21/janeiro/1990, o ferimento dela foi tratado por André Ferreira França.